

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Da Sra. SOCORRO NERI)

Requer aprovação de Moção de Repúdio às declarações proferidas pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) em relação à ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Senhora Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, seja aprovada Moção de Repúdio às declarações proferidas pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) em relação à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, por constituírem, além de desrespeito à Ministra, incitação à violência contra a mulher e manifestação explícita de violência política de gênero.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) manifesta seu veemente repúdio às declarações proferidas pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) em relação à ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. No dia 19 de março de 2025, durante um evento da Fecomércio no Estado do Amazonas, o senador afirmou: *"Imaginem o que é ficar com a Marina seis horas e dez minutos sem ter vontade de enforcá-la"*.

Tal declaração, além de desrespeitosa e misógina, constitui inequívoca incitação à violência contra a mulher e manifestação explícita de



violência política de gênero – fenômeno que persiste no Brasil e ameaça diretamente a participação feminina nos espaços de decisão.

A violência política de gênero é um grande obstáculo à distribuição equânime de poder. Ela incide de forma perversa sobre mulheres que ocupam cargos de liderança e que, no exercício de suas funções, enfrentam ataques misóginos com vistas a deslegitimar sua atuação.

Não é a primeira vez que mulheres gestoras, parlamentares ou ocupantes de quaisquer cargos de decisão no âmbito do poder público são alvos desse tipo de violência. Muitas de nós, inclusive a proponente desta moção, já enfrentaram ataques semelhantes.

Tais agressões, que podem se manifestar de várias maneiras, inclusive na forma de discursos de ódio como vimos neste triste episódio, nos são dirigidas apenas por ousarmos ocupar hoje espaços de poder que historicamente nos eram negados. Seu objetivo claro é nos afastar desses espaços e desestimular outras mulheres a ocupá-los.

O ataque à ministra Marina Silva foi inadmissível. Em que pese qualquer eventual divergência que possa haver com sua posição política ou ideológica, é preciso reconhecer que a ex-senadora, ex-deputada federal, candidata à Presidência da República por quatro vezes, historiadora, professora e ambientalista é referência nacional e internacional no que se refere à política do meio ambiente. Desqualificá-la do modo agressivo e leviano, como o fez o senador Plínio Valério, não constitui apenas um ataque pessoal, mas afronta ao papel das mulheres na política e na sociedade.

Ademais, é importante ressaltar que o uso da expressão "enforcar" em referência a uma mulher, especialmente quando proferida por uma autoridade pública, não pode ser relativizado. A violência contra mulheres e meninas, em suas múltiplas formas de manifestação, é problema estrutural em todo o mundo e particularmente persistente e danoso no Brasil. Incitações como essa contribuem para a banalização da violência e reforçam a misoginia que coloca em risco a vida de milhares de brasileiras todos os anos.

Especialmente nas últimas décadas, o País tem se empenhado em reverter esse cenário por meio da criação e implementação de políticas públicas destinadas a combater esse tipo de violência. Legislações fundamentais como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio foram



produzidas por este Parlamento. Outras muitas iniciativas tramitaram, ou tramitam, com o intuito de aperfeiçoar essa legislação, garantir maior proteção e acolhimento às vítimas e ampliar a conscientização da nossa sociedade.

A luta contra a violência de gênero é difícil, multifacetada e deve ser constante. O Poder Legislativo precisa reafirmar permanentemente perante a sociedade o seu compromisso com esse combate. A Moção de Repúdio que ora propomos pode ser importante instrumento nesse sentido.

Cabe destacar que estamos em março, consagrado como Mês da Mulher, período em que nossa sociedade e o Parlamento, particularmente, intensificam os debates sobre pautas femininas como equidade de gênero, representatividade e enfrentamento à violência contra a mulher.

A união das parlamentares contra a violência de gênero e contra a violência política contra as mulheres é, portanto, fundamental neste momento. É uma demonstração da nossa força e resistência diante de um sistema que ainda tenta silenciar mulheres em posições de poder. A CMULHER, como espaço de defesa dos direitos das mulheres no Legislativo, deve repudiar veementemente esse ataque para que discursos como esse não sejam naturalizados.

Diante do exposto, contamos com o apoio irrestrito de todas as Deputadas e de todos os Deputados desta Casa no sentido de apoiar a presente Moção de Repúdio.

Estaremos, assim, juntos, reafirmando o compromisso da Câmara dos Deputados com a defesa dos direitos das mulheres e com a construção de um Brasil mais justo, igualitário e livre de violência de gênero.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada SOCORRO NERI

2025-2521

